

opusdei.org

Evangelização, proselitismo e ecumenismo

Artigo de Mons. Fernando Ocáriz, professor da Faculdade de Teologia da Universidade Pontifícia da Santa Cruz publicado na *Scripta Theologica*, em 2006.

18/01/2020

Por **MONS. FERNANDO OCÁRIZ**

© SCRIPTA THEOLOGICA [38 (2006/2)
617-636] [EVANGELIZATION,
PROSELYTISM & ECUMENISM].

SUMÁRIO:

1. INTRODUÇÃO

2. NECESSIDADE DE UMA
CLARIFICAÇÃO

3. O USO DO TERMO *PROSELITISMO*

3.1. O proselitismo na Sagrada
Escritura

3.2. O proselitismo na época
patrística

3.3. A reaparição do termo e o seu
significado nas línguas modernas

3.4. Conclusão terminológica

4. PROSELITISMO E ECUMENISMO

4.1. Igreja Católica e igrejas não
católicas

4.2. Ecumenismo e proselitismo:
conclusão.

Resumo: O proselitismo pertence à missão evangelizadora da Igreja. A conotação negativa que a *palavra* tem para algumas pessoas não deve fazer desaparecer nem o seu uso nem a atividade que designa. Assim o demonstra um estudo aprofundado do termo na Sagrada Escritura e na tradição da Igreja. Devem excluir-se as formas de proselitismo violento ou fanático, mas no âmbito do diálogo ecuménico também se deve querer ajudar as pessoas para que alcancem a plenitude da verdade na Igreja Católica.

Palavras-chave: Proselitismo, Evangelização, Ecumenismo.

Abstract: Proselytizing is part of the mission of evangelization of the Church. The negative connotations that the word has for many people should not lead the disappearance of

its use or the activity it refers to. This is obvious from a detailed study of the term in the Scriptures and in the tradition of the Church. Violent or sectarian forms of proselytism must be avoided, but within the framework of ecumenical dialogue we should also give help to people so that they may reach the full truth of the Catholic Church.

Keywords: Proselytism,
Evangelization, Ecumenismo.

1. INTRODUÇÃO

A vida de Jesus Cristo, redentora em todos os seus instantes e dimensões, pode resumir-se naquelas palavras de S. Paulo: *Deus que, em Cristo, reconciliava consigo o mundo* (2 Cor 5, 19), que S. Agostinho comentou na célebre expressão: mundus reconciliatus, Ecclesia [i]: Cristo, reconciliando o mundo com Deus, edifica a sua Igreja. Esta extensão universal da Redenção, contemplada

por outros Padres na Cruz cósmica, que abarca o universo [ii] vai-se realizando na Igreja. A Igreja é o próprio mundo enquanto reconciliado com Deus em Cristo, e ao mesmo tempo, é a continuação da presença reconciliadora, salvífica, do Senhor: «a Igreja é isto: Cristo presente entre nós; Deus que vem à humanidade para a salvar, chamando-nos com a sua revelação, santificando-nos com a sua graça, amparando-nos com a sua ajuda constante, nos pequenos e nos grandes combates da vida diária» [iii].

Daí que, de algum modo, se possa resumir a missão da Igreja em transformar o mundo em si mesma; ou seja, em ir incorporando a humanidade ao Corpo Místico de Cristo, que ela mesma é. Esta missão também se pode expressar com o termo *evangelização*, que abarca enorme riqueza de conteúdo, da qual

«nenhuma definição parcial e fragmentária chegará a dar a razão da realidade rica, complexa e dinâmica» [iv], entendida no seu sentido mais amplo, como *traditio Evangelii*, transmissão do Evangelho enquanto *força vinda de Deus para a salvação de todo o que crê* (*Rm 1, 16*); palavra que anuncia e dá a vida eterna (cf. *Jo 6, 68*), na pregação e nos sacramentos. Missão apostólica que o Senhor expressou assim: *Ide, pois, e ensinai a todas as nações; batizai-as em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Ensinai-as a observar tudo o que vos prescrevi* (*Mt 28, 19-20*). Por isso, «o novo povo de Deus, a Igreja, é um povo que provém de todos os povos. A Igreja é católica desde o início, e esta é a sua essência mais profunda» [v]. Catolicidade e universalidade da evangelização, são inseparáveis.

Como o Senhor – que, desde o início da sua vida pública, pregou a todos a

conversão (cf. *Mc* 1, 15) –, a Igreja entendeu sempre a sua missão de transmitir o Evangelho *ad gentes* como dirigida à conversão dos homens. No entanto, sabe-se muito bem que, infelizmente, este ímpeto missionário sofreu nos últimos tempos um esmorecimento, em não poucos ambienteis católicos. De facto, João Paulo II assinalou que o apelo à conversão «é posto em discussão ou facilmente deixado no silêncio. Vê-se nele um ato de *proselitismo*; diz-se que basta ajudar os homens a tornarem-se mais homens ou mais fiéis à própria religião, que basta construir comunidades capazes de trabalharem pela justiça, pela liberdade, pela paz, e pela solidariedade» [vi]. A atividade de transmitir o Evangelho, incorporando os homens a Cristo na Igreja, pode designar-se – e assim se fez com alguma frequência – com o termo *proselitismo*. Mas, como

referia João Paulo II no texto citado, nalguns ambientes, esta palavra foi adquirindo um matiz negativo.

De facto, não é raro que, por motivos muito diversos, se pretenda dificultar a missão evangelizadora da Igreja com a acusação de *proselitismo*, entendendo-se este termo em sentido negativo, ou seja com o uso de métodos imorais (violência física ou moral, enganos) para captar seguidores. Na realidade, o Magistério da Igreja sempre reprovou a violência e o engano. Assim, no contexto da liberdade religiosa, o Concílio Vaticano II recordou-o energicamente: «Os grupos religiosos têm ainda o direito de não serem impedidos de ensinar e testemunhar publicamente, por palavra e por escrito a sua fé. Porém, na difusão da fé religiosa e na introdução de novas práticas, deve sempre evitar-se todo o modo de agir que tenha visos de coação, persuasão

desonesta ou simplesmente menos leal, sobretudo quando se trata de gente rude ou sem recursos» [vii]. E, neste mesmo sentido, João Paulo II afirmava: «A nova evangelização não tem nada em comum com o que várias publicações insinuaram falando de *restauração*, ou mesmo avançando a acusação de *proselitismo*, ou fazendo apelo aos conceitos de *pluralismo* e de *tolerância*, entendidos unilateral e tendenciosamente. Uma leitura aprofundada da Declaração conciliar *Dignitatis humanae* sobre a liberdade religiosa pode ajudar a esclarecer tais problemas, e também, a dissipar os temores que se procura despertar, talvez a fim de tirar à Igreja coragem e impulso para empreender a sua missão evangelizadora. E tal missão pertence à essência da Igreja» [viii].

2. NECESSIDADE DE UMA CLARIFICAÇÃO

Nalguns documentos eclesiásticos posteriores ao Concílio Vaticano II, quando se emprega a palavra *proselitismo* em sentido negativo, esclarece-se o sentido que o termo não contém em si mesmo. Por exemplo, no Directório ecuménico de 1967, exortam-se os Bispos a enfrentar o perigo do *proselitismo* em relação à atividade das seitas, mas esclarece-se imediatamente que «com o vocábulo *proselitismo*, entende-se aqui uma maneira de atuar que não está de acordo com o espírito evangélico, porquanto utiliza argumentos desonestos para atrair os homens à sua Comunidade, abusando, por exemplo, da sua ignorância ou pobreza, etc. (cf. Decl. *Dignitatis Humanae*, 4)» [ix]. A necessidade de distinguir entre um *proselitismo* positivo e um *proselitismo* negativo, também se tornou necessário no campo ecuménico, por exemplo na Terceira relação oficial (1971) do Grupo Misto

Igreja Católica – Conselho Ecuménico das Igrejas, onde se constata que nalguns contextos linguísticos o termo *proselitismo* «adquiriu um sentido pejorativo», concluindo-se que, se se quer indicar esse sentido negativo «noutras línguas ou contextos em que o termo conserva o sentido mais antigo de *zelo pela difusão da fé*, torna-se necessário especificar sempre *proselitismo num sentido pejorativo* ou utilizar alguma expressão que denote atitudes e condutas criticáveis» [x].

Evidentemente, este documento não possui o mesmo valor que um texto do Magistério, mas é sem dúvida mais um testemunho do facto de que o sentido negativo ou pejorativo não é intrínseco ao termo *proselitismo*.

Anos mais tarde, João Paulo II, na Carta *Mentre si intensificano*, de 1991, referia-se à «recusa de qualquer forma indevida de *proselitismo*, evitando de maneira absoluta na

ação pastoral qualquer tentação de violência e qualquer forma de pressão» [xi]. É evidente, pelo contexto, que se há formas indevidas de *proselitismo*, também existem outras não indevidas.

Noutros documentos eclesiásticos, foi-se introduzindo o uso do termo *proselitismo* em sentido negativo, especialmente em referência ao «*proselitismo* das seitas». Por vezes, também se tem utilizado o termo para indicar, sem qualquer *nuance*, uma atividade injusta. Assim, por exemplo, num documento da Comissão Pontifícia pró Rússia, de 1992, diz-se: «O que se chama *proselitismo* – ou seja qualquer pressão sobre a consciência – por quem quer que seja praticado ou sob qualquer forma, é completamente diferente do apostolado e não é, de modo algum, o método em que se inspiram os pastores da Igreja» [xii]. No novo Directório ecuménico de

1993, desapareceu a *nuance* presente no Directório anterior, onde se esclarecia o sentido em que se falava de *proselitismo* [xiii]. A partir de então, tem sido frequente utilizar esta palavra para designar *tout court* comportamentos com a intenção de forçar, pressionar ou, em geral, tratar de forma abusiva a consciência das pessoas.

No entanto, no âmbito ecuménico nunca se chegou a prescindir da distinção entre *proselitismo* bom e mau. Por exemplo, num documento de 1995 do Grupo misto Igreja Católica e Conselho Ecuménico das Igrejas, esclarece-se que, embora o termo *proselitismo* «tenha adquirido recentemente uma conotação negativa, quando se aplicava à atividade de alguns cristãos empenhados em captar seguidores entre os membros de outras comunidades cristãs», historicamente este termo «tem sido

empregue em sentido positivo, como conceito equivalente à de atividade missionária» [xiv], e explica-se que «na Bíblia este termo não tem nenhuma conotação negativa. Um *prosélito* era quem acreditava no Senhor e aceitava a sua lei e, deste modo, se convertia em membro da comunidade judaica. A cristandade assumiu este significado para descrever a quem se convertia do paganismo. Até há pouco tempo, a atividade missionária e o *proselitismo* consideravam-se conceitos equivalentes» [xv].

De qualquer modo, parece necessária uma clarificação, visto que o assunto não é meramente linguístico, mas comprehende importantes conotações doutrinais.

3. O USO DO TERMO *PROSELITISMO*

3.1. *O proselitismo na Sagrada Escritura*

Como se recordava no texto citado, o termo *proselytos* passou do judaísmo à tradição cristã; trata-se da tradução grega do hebraico *ger*, frequente na *Versão dos LXX*, que designava principalmente o estrangeiro que, vivendo com estabilidade na comunidade hebraica, gozava dos mesmos direitos e deveres dos hebreus [xvi] e participava, também, no culto religioso da comunidade.

Parece que a realidade dos *prosélitos*, enquanto categoria institucionalizada, provinha da diáspora, na época do helenismo, e constava de um período de preparação que culminava na Páscoa, antes da qual o *prosélito* recebia a circuncisão [xvii].

O termo *proselytos* aparece só quatro vezes no Novo Testamento: uma em S. Mateus (23, 15) e três nos Atos dos Apóstolos (2, 11; 6, 5; 13, 43). O texto do Evangelho é o que exprime mais

claramente o alcance do termo. Os escribas e fariseus preocupavam-se em encontrar pessoas que estivessem em condições de compreender e viver a fé no único Deus. Em boa parte foi a atividade *proselitista* que fez com que o judaísmo conseguisse sobreviver depois da destruição do Templo e da dispersão do povo. A maior parte dos exegetas concorda – o que por outro lado parece ser bastante óbvio – em que a censura que Jesus faz aos escribas e fariseus não se refere ao facto de procurar *prosélitos*, mas ao modo de o fazer e, sobretudo, a que faziam depois o discípulo «filho do inferno», duas vezes pior do que o mestre que o atraiu ao judaísmo [xviii]. Já na época do protestantismo liberal apareceu a tendência para interpretar *Mt 23, 15* como se Jesus tivesse condenado o proselitismo, enquanto tal, pois a sua atividade apenas se dirigia exclusivamente a Israel, evitando expressamente a

missão entre os pagãos [xix]. É certo que, pelo menos em duas ocasiões, o Senhor afirmou que só havia sido enviado a Israel (cf. *Mt* 10, 6; 15, 24), mas não bastam essas referências para tirar conclusões gerais e absolutas: seria supérfluo determinos aqui a demonstrar a universalidade da missão redentora de Jesus Cristo, que é particularmente explícita em S. Mateus (cf. *Mt* 12,41 s; 25, 31 s; 28,18-20). Pode-se certamente assegurar que o Senhor não só não valorizou negativamente o *proselitismo* hebraico em si mesmo, mas que a universalidade da sua missão se situou na continuidade com o espírito *proselitista* judaico; continuidade, no âmbito da peculiar continuidade-descontinuidade, entre o Antigo e o Novo Testamento.

O primeiro texto dos Atos dos Apóstolos em que aparece o termo *prosélytos* refere-se aos diversos

grupos de judeus que se haviam congregado em Jerusalém a propósito da festa de Pentecostes. A expressão *judeus ou prosélitos* (*Act 2, 11*) não menciona lugares de proveniência, mas é uma indicação de natureza religiosa, constituindo como que um resumo do enunciado dos diversos povos feito anteriormente [xx]. Em *Act 6, 5*, lemos que um dos primeiros sete diáconos é *Nicolau, prosélito de Antioquia*. O sentido positivo de ser *prosélito* é evidente: os sete foram eleitos devido à sua boa fama, por estarem cheios do Espírito Santo e pela sua sabedoria (cf. *Act 6, 3*). Em *Act 13, 42-43* recolhe-se o final do discurso de S. Paulo na sinagoga de Antioquia da Pisídia. O efeito que as suas palavras produzem nos ouvintes faz que estes peçam depois a Paulo e a Barnabé que continuem a explicar a sua mensagem no sábado seguinte. Como consequência, aderiram à sua doutrina muitos

judeus e prosélitos devotos, que eram exortados a *perseverar na graça de Deus*. Também aqui é evidente o significado positivo de *prosélito*, que além disso é sublinhado pelo adjetivo, *piedosos* (*sebomenon prosélytos*).

Os Atos dos Apóstolos descrevem a atividade missionária da primitiva comunidade cristã seguindo as pisadas do judaísmo. Tal como os hebreus tentavam atrair os pagãos, bem preparados, para integrar a religião hebraica, assim também os primeiros cristãos se sentiam impelidos a comunicar a mensagem salvífica de Cristo, a fim de *ganhar almas para o Senhor* (cf. 1 Cor 9, 19-23; Fl 3,8). No princípio, a sua atividade era dirigida aos judeus, mas *aqueles que foram dispersados pela perseguição que houve no tempo de Estêvão chegaram até a Fenícia, Chipre e Antioquia, pregando a palavra só aos judeus. Entre eles*

havia alguns homens de Chipre e de Cirene, os quais, tendo entrado em Antioquia, falavam também aos gregos, anunciando-lhes o Senhor Jesus. A mão do Senhor estava com eles, e muita gente, tendo acreditado, converteu-se ao Senhor (Act 11, 19-21). A missão da Igreja *ad gentes* nasceu, com efeito, como a continuidade cristã – no sentido anteriormente mencionado – do *proselitismo* hebraico.

3.2. O proselitismo na época patrística

Na Patrística, o termo *proselitismo* aparece em S. Justino, no seu Diálogo com Trífon [xxi], a propósito de Is 49, 6: *Vou fazer de Ti luz das nações*. Os hebreus, convencidos da fé no verdadeiro Deus, sentiam-se estimulados a procurar *prosélitos*, mas S. Justino comenta, sem negar a atividade dos hebreus, que o texto de Isaías se refere principalmente, em sentido profético, a Cristo e aos

cristãos. Mais explicitamente, escreve noutra passagem do Diálogo com Trifão: «resta-vos pouco tempo para vos tornardes nossos *prosélitos* (*prosélyseos krónos*): se Cristo vos precede com a sua vinda, em vão vos arrependereis» [xxii]. Migne traduziu assim para o latim: «breve enim hoc vobis relinquitur ad nos accedendi tempus. Si Christus venire occupaverit, frustra vos poenitebit». Nesta linha, as traduções em línguas vulgares usam expressões como «juntai-vos a nós» (*aderirvi a noi*, etc.), em vez da expressão mais literal que seria «fazei-vos nossos prosélitos» (*farvi proseliti nostri*, etc.).

Também Flávio Josefo, em *Contra Apionem*, se refere aos êxitos proselitistas dos hebreus [xxiii]. O proselitismo, como atitude e como atividade, considerava-se eminentemente positivo e meritório, visto que se proporcionava aos

gentios a possibilidade de serem objeto de eleição divina e de formarem parte do povo escolhido. Assim, por exemplo, no Midrash Rabbah encontram-se afirmações deste tipo: «quem se aproximar dum pagão e o converte deve ser considerado como se o tivesse criado» [xxiv]; «quando chega um estrangeiro e se faz *prosélito*, dá-lhe a mão para que seja acolhido sob as asas da shekinah» [**[xxv]**]. Noutros autores como Eusébio de Cesareia, Epifânio de Salamina, Procópio e Teodoreto, o verbo *proselyteio* costuma ter o significado de «ser estrangeiro»; S. João Crisóstomo também o emprega com este sentido [xxvi].

Naturalmente, há muitos comentários patrísticos a *Mt 23, 25* nos quais se fazem interpretações sobretudo acerca do motivo por que o *prosélito* se fazia pior do que o seu mestre [xxvii]. Neste contexto, S.

Agostinho considera que *fazer prosélitos* é como gerar filhos [xxviii]. De qualquer modo, pode dizer-se que, nos primeiros séculos, o uso do termo *prosélito* para designar os convertidos ao cristianismo e o do seu derivado (*proselitismo*) não tinha qualquer conotação negativa.

3.3. *O reaparecimento do termo e o seu significado nas línguas modernas*

O mesmo se pode dizer dos séculos seguintes. As conversões ao cristianismo passam a ser numerosíssimas e a questão que se coloca à Igreja, numa Europa que se torna cristã, não é tanto procurar *prosélitos* mas a organização do catecumenato, o ensino da fé aos que solicitam o Batismo. Parece que foi pouco tempo depois da Reforma protestante, que reapareceu na linguagem cristã o uso da palavra *proselitismo*. Segundo David Bosch, foram os jesuítas os primeiros a

utilizá-la com o significado de estender a fé cristã entre os não católicos, incluindo os protestantes [xxix]. Contudo, segundo o Oxford English Dictionary, o termo teria reaparecido em 1660 numa obra de H. Hammon [xxx]. No âmbito italiano, encontram-se referências muito numerosas ao *proselitismo* a partir de 1774 [xxxii]. Em França parece que foi Montesquieu, em 1715, o primeiro a usar esta palavra [xxxii], a qual não se encontra na Encyclopédie de Diderot e d'Alambert.

No que se refere ao significado atual, nas diversas línguas ocidentais, praticamente todos os dicionários e encyclopédias com maior prestígio coincidem em definir o *proselitismo* simplesmente como a atividade ou atitude destinada a fazer *prosélitos* [xxxiii]. É evidente que se trata duma realidade presente em múltiplos âmbitos (religioso, político,

desportivo, económico, etc.) e, em princípio, plenamente legítima, embora como em qualquer outra atividade possa haver desvios ao nível moral [xxxiv]. Em alguns casos, insinua-se um sentido pejorativo do termo, como no alemão Duden-Rechtschreibung (de 1986), onde Proselyt se julga, originariamente, como convertido ao judaísmo e atualmente como o «novo convertido», e acrescenta que o termo derivado Proselytenmacherei (*proselitismo*), implica uma ideia negativa. Por outro lado, em diversos dicionários e enciclopédias, noutras línguas, encontram-se sobretudo explicações do termo em sentido só positivo, especialmente em escritos de inspiração cristã. Assim, por exemplo, no Lessico Universale Italiano, afirma-se que «a atividade missionária é uma forma organizada de *proselitismo*» [xxxv]; e, em castelhano, na Gran Enciclopedia Rialp, onde o termo *proselitismo* é

entendido no sentido literal de «zelo para conseguir *prosélitos*», explica-se que, em sentido mais alargado, por *proselitismo* entende-se «a ação apostólica destinada a difundir a fé católica para que todos os homens consigam conhecer Cristo» [xxxvi].

Na Internet, podem encontrar-se sobre este tema fontes de todo o tipo; todavia, é significativo que, numa das mais consultadas em todo o mundo – por pertencer à Microsoft e estar disponível em muitas línguas –, o termo *proselitismo* é mencionado em vários artigos e, nunca em sentido negativo. Por exemplo, no artigo sobre «Liberdade de culto», diz-se que todos os cidadãos «podem professar livremente o próprio credo fazendo, eventualmente, também trabalho de *proselitismo*»; [xxxvii] e, no artigo «Propaganda», afirma-se que este conceito está «inicialmente ligado à atividade *proselitista* da Igreja Católica» [xxxviii]. Neste

horizonte de liberdade encontram-se também algumas posições de autores atuais, como a de um político francês que chega a afirmar que o *proselitismo*, contanto que seja moderado, é reconhecido como uma componente intrínseca da liberdade religiosa» [xxxix].

De todos estes dados, pode concluir-se que, embora nalgumas línguas, como o alemão, prevaleça atualmente um sentido negativo do termo *proselitismo*, que se afasta da sua raiz bíblica, em muitas outras línguas e contextos culturais, expressa uma atividade, em si mesma, positiva. Lê-se num Dicionário teológico, com poucos anos: «Segundo a Sagrada Escritura, o *prosélito* é o não judeu que se faz judeu, aceitando a fé judaica. É o *temente a Deus* que conhece a lei e a observa. Analogicamente, o cristianismo assumiu o termo de modo que *fazer proselitismo*,

difundir a fé cristã (cristianizar, evangelizar), consideravam-se, até há bem pouco tempo, a mesma coisa» [xl]. O referido Dicionário acrescenta que, juntamente com o significado positivo e habitual, o termo proselitismo começou a ter recentemente também sentido negativo devido às atividades das seitas de origem protestante [xli].

Antes do aparecimento deste fenómeno, de teor negativo do termo *proselitismo*, em alguns ambientes, os autores católicos, especialmente no contexto da vida espiritual, sempre usaram pacificamente a palavra *proselitismo* para se referir à atividade apostólica ou de evangelização: «o termo põe em relevo a dimensão pessoal da missão apostólica, ou seja, a necessidade de a realizar pessoa a pessoa com aqueles que se encontram ao seu lado» [xlii]. O cristão realiza esta missão especialmente nas suas

relações de amizade, na sua vida familiar, profissional e social. Além de designar a atividade destinada a aproximar outros da Igreja ou ajudá-los a viver com coerência a fé católica, o termo *proselitismo* utilizou-se também com frequência no contexto da promoção de vocações específicas dentro da Igreja (para o sacerdócio, etc.). Também este uso está claramente inspirado no sentido bíblico de *proselytos*.

Um exemplo atual importante, encontramo-lo em Caminho, livro de São Josemaria Escrivá de Balaguer, obra de espiritualidade de extraordinária difusão (até agora, mais de quatro milhões e meio de exemplares em 44 idiomas), onde há um capítulo cujo título é precisamente *Proselitismo*, em que se emprega o termo no seu sentido original, exclusivamente positivo. Só em edições de algumas línguas, poucas, onde há a tendência para

valorizar negativamente o termo (concretamente em alemão e inglês) fez-se a tradução não literal, mas com expressões mais ou menos análogas (*Menschen gewinnen*», *Winning new apostles*). No entanto, numa edição recente bilingue, castelhano/inglês [xlivi] o tradutor considerou mais adequado traduzir *proselitismo* por *proselytism*, explicando, em nota, o significado positivo que tem essa palavra.

3.4. Conclusão terminológica

O uso da palavra *proselitismo*, num sentido exclusivamente negativo, não é generalizada, nem sequer é, na maior parte dos casos, simples efeito de uma evolução da linguagem. Frequentemente, a utilização que hoje se faz desta palavra, como se só tivesse um significado negativo, não se deve a que por tal palavra se entenda de facto – contra o seu significado original – uma atitude

imoral (violenta, enganadora, etc.), mas considera-se também negativo o verdadeiro sentido positivo do *proselitismo*. Quer dizer, o problema de fundo é que, com a tendência que pretende impor-se em alguns ambientes, de usar a palavra *proselitismo* como algo negativo, pretende afirmar-se uma atitude relativista e subjetivista, sobretudo no plano religioso, perante a qual não faria sentido que uma pessoa pretendesse possuir a verdade e procurasse convencer outras para que a recebam com agrado e se incorporem à Igreja. O menosprezo – patente nalguns meios – da palavra *proselitismo*, sobretudo quando se refere ao apostolado cristão, tem muito a ver com essa «ditadura do relativismo que nada reconhece como definitivo e que deixa como última medida somente o próprio eu e as suas vontades» [xliv].

Por isso, é necessário reafirmar que a ação de convidar e favorecer que outras pessoas – não cristãs ou, noutro nível, cristãs não católicas – se incorporem à plena comunhão na Igreja Católica, respeitando a verdade, a intimidade e a liberdade de todos, é parte integrante da evangelização.

Por outro lado, também se está a pretender usar a palavra *proselitismo* com sentido exclusivamente negativo para designar a ação apostólica de promoção de determinadas vocações dentro da Igreja, que envolvem um compromisso sério (o sacerdócio e outros diversos modos organizados de procurar a plenitude da vida cristã). Neste caso, as motivações são variadas mas não de todo alheias ao próprio relativismo e subjetivismo.

Como é óbvio, a evangelização, tal como outra qualquer atividade

humana, pode realizar-se com intenção ou métodos imorais (e de facto assim sucede nalgumas seitas não católicas e não cristãs). Contudo, seria uma grande falsidade histórica afirmar que isto tenha sido frequente na Igreja. O verdadeiro espírito cristão esteve sempre impregnado de caridade, como está explícito nas palavras de S. Josemaria Escrivá de Balaguer: «Não comprehendo a violência: não me parece apta para convencer nem para vencer. O erro supera-se com a oração, com a graça de Deus, com o estudo; nunca com a força, sempre com a caridade» [xlv]. Por outro lado, a possibilidade – e nalgumas seitas é a realidade – de um *proselitismo* moralmente incorreto não justifica que se atribua ao vocábulo sentido negativo. Mais ainda, a coerência deveria induzir a usar-se a palavra *proselitismo* sem qualquer adjetivo, para designar o seu sentido positivo original e ao mesmo tempo qualificá-la, de algum

modo, quando se tratasse de uma atividade reprovável (por exemplo: *proselitismo negativo*, *proselitismo sectário*, *proselitismo violento*, etc.) a menos que o contexto o torne claramente desnecessário

Não existem motivos suficientes (nem linguísticos, nem históricos nem, muito menos, teológicos) para atribuir ao termo *proselitismo*, um sentido negativo. E, sobretudo, nada poderia justificar a pretensão de que a Igreja renunciasse à catolicidade da sua missão reconciliadora do mundo com Deus, quer dizer a estender-se ela mesma mais e mais, para a glória de Deus e salvação de todas as almas.

4. PROSELITISMO E ECUMENISMO

A pretendida desqualificação da palavra *proselitismo* está a ter especial relevância relativamente à atividade da Igreja Católica nos territórios de maioria ortodoxa. Neste contexto, torna-se mais patente

que não estamos perante uma simples questão terminológica ou de evolução da linguagem. Com efeito, não se trata de que se use o termo *proselitismo* só para o que se deveria especificar como *proselitismo abusivo*, mas que se considera também reprovável o *proselitismo* em que se procura, respeitando plenamente a intimidade e a liberdade das pessoas, a incorporação de cristãos ortodoxos na Igreja Católica.

As motivações de semelhante desqualificação são variadas; do ponto de vista propriamente eclesiológico, o motivo que pode parecer mais importante é que os cristãos ortodoxos já estão incorporados numa verdadeira Igreja, como a própria Igreja Católica reconhece ao afirmar na Declaração *Dominus Iesus*, que as comunidades cristãs que, embora separadas de Roma, conservaram

validamente a Eucaristia e o Episcopado, são «verdadeiras Igrejas particulares» [xlvi]. Todavia esta afirmação deve ser entendida no seu contexto e significado autênticos.

4.1. Igreja Católica e Igrejas não católicas

Antes de mais, é necessário confessar que Jesus Cristo fundou uma só Igreja, sobre Pedro e com a garantia de infalibilidade perante as perseguições, divisões e obstáculos de todo o tipo que haveria de encontrar ao longo da história (cf. *Mt* 16, 18). Assim foi e assim será sempre: existe uma só Igreja de Cristo que no Símbolo confessamos como una, santa, católica e apostólica [xlvii].

Por outro lado, com o Concílio Vaticano II, na Constituição *Lumen Gentium*, nº 8, devemos sustentar que «esta Igreja, constituída e organizada neste mundo como

sociedade, subsiste (subsistit in) na Igreja Católica, governada pelo sucessor de Pedro e pelos Bispos em união com ele, que se encontra, embora (licet) fora da sua estritura, se encontram muitos elementos de santificação e de verdade, os quais, por serem dons pertencentes à Igreja de Cristo, impelem para a unidade católica».

Como se sabe, no esquema que depois deu lugar a este texto definitivo, dizia-se que a Igreja de Cristo é (est) a Igreja Católica [xlviii]. Por esse motivo, a célebre expressão *subsistit in* foi depois objeto de diversas e contraditórias interpretações, sobre as quais não é necessário nos determos aqui. Na realidade, «a palavra “subsiste” não tem outro significado senão o de que “continua a existir”. Portanto, se a Igreja de Cristo “continua a existir” (*subsistit in*) na Igreja Católica, a continuidade da

existência compreende uma substancial identidade de essência» [xlix]. Este significado coincide com a linguagem comum da cultura ocidental e é conciliável com o significado filosófico clássico: *subsiste aquilo que é em si e não em outro* [l]. E por isso, «o Concílio quer dizer-nos que a Igreja de Jesus Cristo como sujeito concreto neste mundo pode encontrar-se na Igreja Católica. Isto só pode acontecer uma vez, e a conceção segundo a qual o *subsistit* se haveria de multiplicar não apreende precisamente o que se queria dizer. Com a palavra *subsistit* o Concílio queria expressar a singularidade e a não multiplicidade da Igreja Católica» [li]. Por isso, «contradiz o significado autêntico do texto conciliar a interpretação que da fórmula *subsistit in* deduzem a tese, segundo a qual, a única Igreja de Cristo poderia também subsistir em Igrejas e Comunidades eclesiais não católicas» [lii].

É necessário observar que a Lumen Gentium (n. 8) ao afirmar a subsistência da Igreja de Cristo na Igreja Católica governada pelo sucessor de Pedro e pelos Bispos em comunhão com ele (no sentido de só *nela*), refere-se explicitamente à Igreja enquanto estabelecida e organizada como sociedade neste mundo; e, imediatamente depois, afirma que fora da sua estrutura se encontram muitos elementos de santificação e de verdade. Isto remete-nos a considerar a Igreja não só na sua dimensão social mas também na sua dimensão mistérico-sacramental, como Corpo Místico de Cristo [liii].

O Concílio Vaticano II, seguindo um uso tradicional, dá o nome de Igrejas às comunidades cristãs não católicas que conservaram, validamente, a Eucaristia e o Episcopado. Durante a elaboração do *Decreto Unitatis Redintegratio*, um dos relatores da

respetiva Comissão conciliar explicou que não se pretendia entrar na questão debatida de quais são as condições para que uma comunidade seja Igreja em sentido teológico [liv]. Mas isto não significa que esse título, atribuído a essas comunidades não católicas, fosse simplesmente honorífico ou sociológico, já que o próprio Decreto afirma que «pela celebração da Eucaristia do Senhor, em cada uma dessas Igrejas, a Igreja de Deus é edificada e cresce» [lv]; expressão que deve interpretar-se à luz do nº 8 da Lumen Gentium, ou seja no sentido de que nestas Igrejas existem muitos elementos de santificação e de verdade próprios da única Igreja de Cristo (a Igreja Católica).

Os posteriores desenvolvimentos teológicos e do magistério sobre este tema, conduziram à atribuição a estas comunidades, não católicas, que conservaram validamente a

Eucaristia e o Episcopado o título, certamente de natureza teológica, de Igrejas particulares [lvi]. Do ponto de vista do Magistério, os momentos mais relevantes sobre o tema foram dois documentos da Congregação para a Doutrina da Fé: a Carta *Communionis Notio*, de 1992, a qual afirma que estas comunidades «merecem o título de Igrejas particulares» [lvii]; e a Declaração Dominus Iesus, já citada, na sua afirmação de que são «verdadeiras Igrejas particulares» [lviii].

Compreende-se facilmente que onde Cristo se faz presente no sacrifício eucarístico do seu Corpo e do seu Sangue, ali está presente a Igreja, Corpo de Cristo mediante o qual o mesmo Senhor realiza a salvação na história. No entanto, nem toda a forma de presença da Igreja constitui uma Igreja particular, mas somente a presença com todos os seus elementos essenciais; por isso, para

que uma comunidade seja verdadeiramente Igreja particular, «nela deve encontrar-se presente, como elemento próprio, a suprema autoridade da Igreja: o Colégio episcopal "juntamente com o Romano Pontífice, sua cabeça, e nunca sem a cabeça" (*Lumen Gentium*, n. 22)» [lix]. Isto poderia parecer um obstáculo insuperável para entender como é que as Igrejas não católicas são «verdadeiras Igrejas particulares». Uma possível via de reflexão pode ser considerar a presença real do Primado petrino (e do Colégio episcopal) nas Igrejas não católicas, em virtude da unidade do Episcopado «uno e indiviso» [lx]: uma unidade que, desde logo, não pode existir sem a comunhão com o Bispo de Roma. Ali onde, em virtude da sucessão apostólica exista validamente Episcopado, aí estará presente, como autoridade suprema (ainda que não seja de facto reconhecida) o Colégio episcopal com

a sua Cabeça. Além disso, em qualquer celebração válida da Eucaristia há uma referência objetiva à comunhão universal com o Sucessor de Pedro e com a Igreja inteira [lxii], independentemente das convicções subjetivas. No entanto, é necessário não perder de vista que a ausência da plena comunhão com o Papa ocasiona uma ferida na própria eclesialidade dessas mesmas Igrejas [lxiii]; ferida não só de natureza disciplinar ou canónica, mas também relativa à, não plena, profissão da fé católica. Por isso, a uma Igreja particular não católica, não lhe falta só a manifestação visível da plena comunhão para ser plenamente Igreja [lxiii].

Voltando novamente ao dado fundamental da unicidade da Igreja de Cristo, é preciso afirmar que as Igrejas particulares não católicas são verdadeiras Igrejas pelo que têm de católicas e que não são plenamente

Igrejas pelo que têm de não católicas. Com efeito, a sua eclesialidade está radicada no facto de que a «única Igreja de Cristo tem nelas uma presença operante» [lxiv]. Por outras palavras, reconhecer o caráter de Igrejas a estas comunidades cristãs leva necessariamente a afirmar que também estas Igrejas não católicas são – em aparente paradoxo – porções da única Igreja, ou seja, da Igreja Católica; porções em situação teológica e canónica anómala. Ainda noutras termos, podemos dizer que se trata de uma «eclesialidade participada, segundo uma presença limitada e imperfeita da Igreja de Cristo» [lxv].

4.2. Ecumenismo e proselitismo: conclusão

A Igreja deve evangelizar em primeiro lugar os seus próprios membros, levando a cada um a doutrina íntegra do Evangelho e a

plenitude dos meios de salvação. Membros da Igreja são também, no sentido atrás exposto, os fiéis das igrejas ortodoxas. Relativamente a estes, a Igreja deve empenhar-se em edificar a unidade de fé e de comunhão; unidade que é fruto da evangelização e, ao mesmo tempo, a sua semente, segundo a oração de Jesus: *Para que todos sejam um, assim como Tu, Pai, estás em Mim e Eu em Ti, para que também eles estejam em Nós e o mundo creia que Tu Me enviaste* (Jo 17, 21)

Daí que a Igreja não queira nem possa renunciar ao empenho ecuménico; empenho que se expressa em múltiplas atividades institucionais, mas que não se reduz a estas, pois também é responsabilidade pessoal de todos os cristãos [lxvi]. Concretamente, quando um fiel católico se encontra em contacto com um cristão não católico, o *proselitismo* consiste em

procurar, como expressão de sincera amizade, ajudá-lo no seu possível caminho para a Igreja Católica – respeitando plenamente a sua intimidade e a sua liberdade –, não só não é reprovável, mas uma manifestação de caridade autêntica. Na sua realidade teológica profunda, quem dá esse passo não «muda de uma Igreja para outra», mas incorpora-se plenamente à Igreja a que estava unido imperfeitamente: a Igreja de Cristo una, santa, católica e apostólica. Noutros termos, é ajudar uma pessoa, segundo o clássico adágio da filosofia grega, a que *chegue a ser o que na realidade já era* [lxvii].

Em todos os aspectos do ecumenismo, institucionais e pessoais, os obstáculos são grandes. É muito necessária «aquela *purificação da memória*, tantas vezes recordada por João Paulo II, a única que pode

predispor os ânimos ao acolhimento da plena verdade de Cristo» [lxviii].

Sobretudo, sempre permanece aberto o espaço para a oração, para a ação de graças, para o diálogo e para a esperança na ação do Espírito Santo [lxix].

Mons. Fernando OCÁRIZ

Faculdade de Teologia

Pontifícia Universidade da Santa Cruz

ROMA

Scripta Theologica 2006

[i] S. AGOSTINHO, *Sermo XCVI*, 8 (PL 38, 588).

[ii] Cf. L.F. MATEO-SECO, *Estudios sobre la cristología de Gregorio de Nisa*, Eunsa, Pamplona 1978, 161-165.

[iii] S. JOSEMARIA ESCRIVÁ, *Cristo que Passa*, n. 131.

[iv] PAULO VI, Ex. Ap. *Evangelii Nuntiandi*, 8-12-1975, n. 17.

[v] BENTO XVI, *Homilia*, 15-5-2005.

[vi] JOÃO PAULO II, Enc. *Redemptoris Missio*, 7-12-1990, n. 46.

[vii] CONCILIO VATICANO II, Decl. *Dignitatis Humanae*, n. 4. Cf. JOÃO PAULO II, Enc. *Redemptoris Missio*, n. 55

[viii] JUAN PABLO II, *Atravessar o Limiar da Esperança*, Planeta/1, Lisboa 1994, p.109

[ix] SECRETARIADO PARA A UNIDADE DOS CRISTÃOS, *Directório ecuménico*, 14-5-1967, n. 28, nota 15: AAS 59 (1967) 584.

[x] GRUPO MISTO IGREJA CATÓLICA E CONSELHO ECUMÉNICO DAS IGREJAS, Terceira relação oficial (1971), Apêndice II, Documento de estudo sobre testemunho e proselitismo, 8,4, nota 6: *Enchiridion Oecumenicum* 1, 386.

[xi] JOÃO PAULO II, Carta *Mentre si intensificano*, 31-05-1991, n. 5: AAS 84 (1992) 167.

[xii] COMISSÃO PONTIFÍCIA «PRO RÚSSIA», L'*Église a repi*, 1-6-1992, n. 3: EV 13,1822.

[xiii] Cf. CONSELHO PONTIFÍCIO PARA A UNIDADE DOS CRISTÃOS, *Directório para o ecumenismo*, 25-03-1993, n. 23, nota 41: AAS 85 (1993) 1048.

[xiv] GRUPO MISTO IGREJA CATÓLICA E CONSELHO ECUMÉNICO DAS IGREJAS, *O repto do proselitismo e a chamada ao testemunho comum*,

25-09-1995, parte IV, §1, em *Il Regno documenti*, 21 (1998) 713.

[xv] *Ibid.*, nota 14.

[xvi] Cf. K.G. KUHN, «*Prosélytos*», em *Theologisches Wörterbuch zum Neuen Testament*, ed. ital., Brescia (1980) XI, 303.

[xvii] Entre as inscrições funerárias da comunidade judaica em Itália, que foram encontradas, o termo prosélytos aparece oito vezes: seis referindo-se a mulheres e dois a homens. Também na comunidade de Qumrân aparece a palavra: três vezes no Documento de Damasco e uma no livro de Tobias. Entre os hebreus empregava-se também o verbo *qarab*, que significa literalmente «aproximar-se» e que indicava «fazer um prosélito». Assim, o verbo chega a ser um termo técnico para indicar a aceitação dos prosélitos em Israel (cf. J. A. LOADER, «An Explanation to the Term

Prolesutos», Novum Testamentum 15 [1973] 270-277). Sobretudo no judaísmo tardio, ou seja a partir do século II depois de Cristo, encontram-se diferenças pronunciadas entre o judaísmo palestiniano e o judaísmo helenista. Entre os hebreus da diáspora, mais do que exigir aos prosélitos a circuncisão e o cumprimento dos preceitos culturais, exigia-se em primeiro lugar o monoteísmo e a seguir as normas éticas da Antiga Aliança. Pelo contrário, na Palestina a circuncisão do prosélito era absolutamente necessária.

[xviii] Cf. H. KUHLI, «Prosélytos», em H. BALZ-G. SCHNEIDER, *Dizionario esegetico del Nuovo Testamento*, Brescia 1998, 1151-1154. Há diversas hipóteses sobre os motivos que tornavam o prosélito pior do que o seu mestre: cf. E. LERLE, *Proselytenwerbung und*

Urchristentum, Evangelische Verlagsanstalt, Berlin 1960, 64-65.

[xix] Por exemplo, segundo Harnack, Jesus não teria dado nunca o mandato de se dirigirem aos pagãos, mas que isto teria sido «uma simples construção devida ao desenvolvimento do tempo posterior» (A. HARNACK, *Missione e propagazione del cristianesimo nei primi tre secoli*, Cosenza 1986, 28; orig. alemão de 1902).

[xx] Cf. G. SCHNEIDER, *Gli Atti degli Apostoli*, Brescia 1985, 352.

[xxi] Cf. SÃO JUSTINO, *Dialogus cum Tryphone*, 121,4 y 122,1: PG 6, 758-759.

[xxii] Ibid., 28, 2: PG 6, 535.

[xxiii] Cf. FLAVIO JOSEFO, *Contra Apionem*, 2,10, 39: CSEL 37, 99.

[xxiv] *Gen. Rab.*, 39,14.

[xxv] *Lev. Rab.*, 134b.

[xxvi] Cf. S. JOÃO CRISÓSTOMO,
Exp.in Psalmos, CXIX, 2, 5: PG 55, 341.

[xxvii] Cf., por exemplo, os
comentários recolhidos por S.
TOMÁS DE AQUINO, *Cathena Aurea*,
in Math., 23, 5.

[xxviii] Cf. SANTO AGOSTINHO,
Contra Faustum, 16,29: PL 42, 336.

[xxix] D.J. BOSCH, *Transfimning
Mission*, Orbis Books, New York 1991,
1.

[xxx] *OXFORD ENGLISH
DICTIONARY*, Oxford 1992, XII, 664.

[xxxi] Em M. CORTELAZZO- P. ZOLLI,
*Dizionario etimologico della lingua
italiana*, Bologna 1979, cita-se neste
sentido um artigo *Giornale
Enciclopedico* de Novembro de 1774,
24.

[xxxii] Cf. MONTESQUIEU, *Lettres Persanes*, LXXXV, H. Barckhausen, Paris 1913, 167.

[xxxiii] Por exemplo, cf: em italiano, Lessico Universale Italiano (1977), Grande Dizionario Enciclopedico (1990); em castelhano, Diccionario de la Real Academia de la Lengua Española (2001), Enciclopédia Espasa e Gran Enciclopedia Rialp; em inglês, Webster's Unabridged Dictionary (1972) e The New Catholic Encyclopedia (1992).

[xxxiv] B. MONDIN, Dizionario Storico e Teologico delle Missioni, Urbaniana University Press, Città del Vaticano 2001, 379-380.

[xxxv] *Lessico Universale Italiano*, XVII, 742.

[xxxvi] J.A. GARCÍA-PRIETO, "Proselitismo», *Gran Enciclopedia Rialp*, 19, 268.

[xxxvii] *Encyclopédia Microsoft Encarta* (2001), artigo "Liberdade de culto".

[xxxviii] Ibid., artigo "Propaganda".

[xxxix] N. SARKOZY, *La république, les religions, l'espérance*, Cerf, Paris 2004, 153.

[xl] B. MONDIN, *Dizionario Storico e Teologico delle Missioni*, Urbaniana Universiry Press, Città del Vaticano 2001, 379-380.

[xli] Neste sentido, também na Internet se podem encontrar explicações como esta sobre o proselitismo: «A tradição cristã desde tempos antigos utiliza este termo, para designar o zelo apostólico de anunciar a fé e incorporar novos fiéis à Igreja ou a alguma das suas instituições. Nos últimos decénios começou a difundir-se outro significado desta palavra, que costuma associar-se a situações em

que para atrair alguém ao seu grupo se utiliza a violência ou a coação, ou pretende-se de algum modo forçar a consciência ou manipular a liberdade. Como é óbvio, esses modos de atuar são completamente alheios ao espírito cristão e são totalmente reprováveis. Mas o proselitismo no seu sentido clássico e despojado dessas conotações negativas é algo plenamente legítimo: se se negasse às pessoas a sua liberdade para ajudar a outras a encaminhar-se para o que se considera a verdade, cair-se-ia numa perigosa forma de intolerância» (cf. www.interrogantes.net).

[xlii] A. BYRNE (ed.), J Escrivá: Camino. The way». An annotated bilingual edition, Scepter, London 2001, 273: "For the word "proselytism" and its derivatives can be misinterpreted in Spanish as in English. One can, certainly, seek to recruit followers of Christ in the

wrong way and for the wrong reason. But there is an equally perilous opposite error, that of thinking that religion is so private a matter that we cannot and should not seek to influence people to follow our way. The author insists in this chapter that we not only have a right, but also a duty, to spread the faith. If we believe that Christ promises eternal life to his followers, we cannot but be apostles. As Saint Paul said, "Woe to me if I do not preach the gospel!" (1 Cor 9, 16). At the very least, we Christians have as much right to spread our religious ideas, as others have to spread their political, social, artistic ideas; and if we don't, it will be a sign that our religion does not mean much to us». Cf., também, P. RODRÍGUEZ, J Escrivá de Balaguer: "Camino". Edición crítica-histórica, Rialp, Madrid 2002, 864-865.

[xliii] A. BYRNE (ed.), J Escrivá: *Camino. The way*. An annotated bilingual edition, Scepter, London 2001, 273: "For the word "proselytism" and its derivatives can be misinterpreted in Spanish as in English. One can, certainly, seek to recruit followers of Christ in the wrong way and for the wrong reason. But there is an equally perilous opposite error, that of thinking that religion is so private a matter that we cannot and should not seek to influence people to follow our way. The author insists in this chapter that we not only have a right, but also a duty, to spread the faith. If we believe that Christ promises eternal life to his followers, we cannot but be apostles. As Saint Paul said, "Woe to me if I do not preach the gospel!" (1 Cor 9, 16). At the very least, we Christians have as much right to spread our religious ideas, as others have to spread their political, social, artistic ideas; and if we don't,

it will be a sign that our religion does not mean much to us». Cf., também, P. RODRÍGUEZ, J Escrivá de Balaguer: *Camino. Edición crítica-histórica*, Rialp, Madrid 2002, 864-865.

[xli] J. RATZINGER, *Homilia na Missa de inauguração do Conclave*, 18.04.2005.

[xlv] S. JOSEMARIA ESCRIVÁ DE BALAGUER, *Temas Actuais do Cristianismo*, n. 44.

[xlvi] CONGREGAÇÃO PARA A DOUTRINA DA FÉ, Decl. *Dominus Iesus*, 6-08-2000, n. 17.

[xlvii] Cf. CONCÍLIO VATICANO II, Const. *Lumen Gentium*, n. 8; Decr. *Unitatis Redintegratio*, n. 4; JOÃO PAULO II, Enc. *Ut Unum Sint*, 25-5-1995, n. 11; CONGREGAÇÃO PARA A DOUTRINA DA FÉ, Decl. *Mysterium Ecclesiae*, 24-06-1973, n. 1.

[xlviii] Cf. F. GIL HELLÍN, *Concilii Vaticani II Synopsis. Constitutio Dogmatica De Ecclesia «Lumen Gentium»*, Città del Vaticano 1995, 64 y 697.

[xlix] U. BETTI, «*Chiesa di Cristo e Chiesa Cattolica*», *Antonianum* 61 (1986) 743.

[l] Cf. P. RODRÍGUEZ-J.R. VILLAR, «*Las "Iglesias y Comunidades eclesiales" separadas de la Sede Apostólica Romana*», *Diálogo Ecuménico* 39 (2004) 606.

[li] J. RATZINGER, «*L'eccesiologia della Costituzione "Lumen gentium"*», en R. FISICHELLA (dir.), *Il Concilio Vaticano II. Recezione e attualità alla luce del Giubileo*, Cinisello B. 2000, 79.

[lii] CONGREGAÇÃO PARA A DOUTRINA DA FÉ, Decl. *Dominus Iesus*, 16-08-2000, nota 56.

[liii] Cf. J. RATZINGER, *Il nuovo Popolo di Dio*, Brescia 1971, 253-259.

[liv] Cf. *ActaSynodalia*, III/IV, 14, 1.

[lv] CONCÍLIO VATICANO II, Decr. *Unitatis Redintegratio*, n, 15.

[lvi] Já nas intervenções de alguns Padres conciliares, durante a elaboração do Decreto *Unitatis Redintegratio*, se lhes havia dado esse nome: cf., por exemplo, *Acta Synodalia*, II/V, 567, 3.

[lvii] CONGREGAÇÃO PARA A DOUTRINA DA FÉ, Carta *Communionis Notio*, 28-05-1992, n. 17.

[lviii] Ibid., Decl. *Dominus Iesus*, n. 17.

[lix] Ibid., Carta *Communionis Notio*, n. 13.

[lx] Cf. CONCÍLIO VATICANO I, Const. *Pastor Aeternus*, proémio; CONCÍLIO

VATICANO II, Const. *Lumen Gentium*, n. 18.

[lxii] Cf. CONGREGAÇÃO PARA A DOUTRINA DA FÉ, Carta *Communionis Notio* n. 14.

[lxiii] Cf. Ibid., n. 17.

[lxiv] Cf. J. RATZINGER, *Chiesa, ecumenismo e política*, Cinisello B. 1987, 75-76.

[lxv] JOÃO PAULO II, Enc. *Ut unum sint*, n. 11.

[lxvi] P. RODRÍGUEZ - J.R. VILLAR, «Las Iglesias y Comunidades eclesiales»..., cit., 608.

[lxvii] CONCÍLIO VATICANO II, Decr. *Unitatis Redintegratio*, n. 5.

[lxviii] Fórmula que João Paulo II aplica à família, em JOÃO PAULO II, Ex. Ap. *Familiaris consortio*, 22-11-1981, n. 17.

[lxviii] BENTO XVI, *Homilia*,
20-04-2005, n. 5.

[lxix] Cf. JOÃO PAULO II, Enc. *Ut
unum sint*, n. 102.

pdf | Documento gerado
automaticamente a partir de [https://
opusdei.org/pt-pt/article/evangelizacao-
proselitismo-e-ecumenismo/](https://opusdei.org/pt-pt/article/evangelizacao-proselitismo-e-ecumenismo/)
(19/02/2026)